

REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS LIMITES E BENEFÍCIOS DA VIA "TRADICIONAL" E DA VIA DO "MERCADO"

Patrícia Andrade de Oliveira e Silva¹
Pedro Ramos²

Resumo: No Brasil, duas políticas têm como objetivo permitir o acesso de famílias à pequena propriedade fundiária: a primeira com base na ação do INCRA, a Reforma Agrária "tradicional" e a outra se faz através do crédito fundiário, via "mercado". Nesse sentido, convém avaliar tais políticas e, para tanto, serão analisadas as pesquisas disponíveis acerca do tema, além da construção da síntese comparativa. O estudo está dividido em três seções: na primeira são apresentados os resultados referentes aos projetos realizados pelo INCRA, na segunda serão analisados os resultados da via pelo "mercado" e, por último, a síntese comparativa acerca dos projetos.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Crédito Fundiário; Brasil.

Abstract: *In Brazil, we have two policies in order to allow access of families to the small landed property: one is based on the INCRA's action, the "traditional" land reform and the other, on the market-led land reform. In this sense, it is convenient to evaluate these policies and, with this purpose, we will analyze the available researches on these actions, and will also*

¹Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas, com experiência na área de Economia e Sociologia Rural.

²Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Professor do Instituto de Economia da Unicamp com experiência na área de Economia e Sociologia Rural.

elaborate a comparative synthesis. The paper is structured in three sections: the first presents the results related to projects undertaken by INCRA, the second will consider the results of the market-led land reform and, finally, a comparative overview of both projects.

Keywords: *Land Reform; Market-led Land Reform; Brazil.*

Introdução

A consolidação de um assentamento gera diversos impactos sobre as condições de vida da população que foi beneficiada. Consolidaram-se no Brasil duas propostas de reordenamento fundiário: a primeira desenvolvida pelo INCRA (através dos assentamentos) e uma "nova" proposta de Reforma Agrária, o Projeto Cédula da Terra (PCT), com início no estado do Ceará e estendido para os estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco, Norte de Minas Gerais e incorporado ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) desde 2003.

De acordo com esse novo cenário, é necessário analisar quais foram os impactos de tais estratégias sobre as condições de vida dos beneficiários. Para tanto, serão analisados os estudos disponíveis acerca das ações recentes do INCRA e, além disso, os relatórios e dados disponíveis a respeito do PCT em 2006. As informações utilizadas dizem respeito às características gerais da população assentada, educação, infraestrutura, habitação, condições de produção, rendimentos, financiamento, associações, a avaliação das condições de vida (anteriores e posteriores) e as informações sobre gestão do empréstimo (no caso do PCT).

Ao realizar uma síntese dos trabalhos sobre os projetos de Reforma Agrária no Brasil, nota-se que tal metodologia implica em uma série de limitações. A primeira delas está na indisponibilidade de estudos amplos e recentes acerca do desenvolvimento dos projetos e a segunda diz respeito à falta de informações acerca das condições anteriores de vida desses indivíduos, para que os resultados posteriores não apresentem um viés na análise. Ainda assim, segundo as informações disponíveis, é possível identificar os benefícios e os limites das duas formas como a Reforma Agrária vêm sendo executada no país.

1. Os problemas da "Reforma Agrária tradicional"

Ao sintetizar as análises disponíveis acerca dos resultados dos projetos de Reforma Agrária realizados pelo INCRA, é nítido que "poucos trabalhos têm analisado dados sobre condições de vida em assentamentos e comunidades (...) e há carência de trabalhos que analisem as mudanças das condições de vida ao

longo do tempo" (Pimentel *et. al.*, 2005, p. 54). Dessa maneira, os estudos estão focados nos aspectos atuais da vida dos assentados, mas não conseguem comparar quais eram as condições anteriores, o que dificulta uma análise precisa sobre quais foram os impactos na qualidade de vida desses indivíduos.

Segundo uma entrevista realizada em setembro de 2010³, durante reuniões entre a cúpula do governo e o INCRA, onde apresentaram os dados referentes ao desempenho dos lotes, foram constatados muitos problemas nesses locais principalmente em relação ao acesso a saúde, educação, crédito e assistência técnica. Ainda de acordo com a reportagem, somente 38% dos assentamentos brasileiros estariam funcionando de maneira produtiva e, por conta disso, o INCRA quer centrar seus esforços em melhorar a qualidade dos assentamentos já existentes, mas, ao mesmo tempo, encontrar alternativas para que não seja mais necessária a criação de novos assentamentos, principalmente via desapropriação. Contudo, em nenhum momento é citada qualquer alternativa viável e, de acordo com o exposto, a situação é urgente e grave.

Assim, percebe-se que a visão governamental está centrada no fato dos assentamentos precisarem ser produtivos economicamente, mas em nenhum momento é citada a relevância desses assentamentos como fonte de inserção econômica, política e social para os assentados, muito menos o fato de que ainda permanecem nesse país quase 15 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de indigência. É nítido que a análise está centrada somente nas variáveis relativas à política de obtenção de terras, no número de assentamentos realizados e na eficiência produtiva dos mesmos, mas esses dados não nos revelam a verdadeira situação desses indivíduos, ou seja, quais são os resultados de tal política sobre as condições de vida dessa população?

Alguns trabalhos (especialmente após o II Plano Nacional de Reforma Agrária) analisam os impactos dos assentamentos sobre as condições de vida dos assentados e, entre eles, destacam-se os trabalhos de Sparovek (2003) e Leite *et. al.* (2004). Segundo Sparovek (2003), o índice de qualidade de vida (QV)⁴, dos assentamentos brasileiros situou-se na faixa de 63 para aqueles criados

³Para consultar a íntegra da matéria, acessar: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110120/not_imp668629,0.php>.

⁴Segundo Sparovek (2003, p. 96), o índice de qualidade de vida (QV) varia entre 0 e 100 e "integra as questões ligadas às condições de moradia e acesso aos serviços de educação e saúde dos moradores dos projetos".

entre 1985 e 1994 e entre 54 para os projetos criados entre 1995 e 2001. Os itens que contribuíram para a queda do índice no segundo período foram: falta de acesso ao atendimento de saúde em casos de emergência, acesso à água de boa qualidade, acesso ao ensino médio e o tratamento do esgoto doméstico.

Além disso, outro fator determinante que não se modificou de maneira significativa com a chegada aos projetos diz respeito às rodovias e ao transporte coletivo no campo. Segundo o estudo de Leite *et. al.* (2004), a distância média dos assentamentos em relação às cidades mais próximas é de aproximadamente 30 quilômetros, com tempo médio de deslocamento previsto em 1 hora. A porcentagem de assentamentos que possuem estradas asfaltadas é de apenas 30% e, por isso, muitas rotas ficam inacessíveis em épocas chuvosas. No que se refere ao transporte coletivo, a maioria dos projetos possui esse serviço, entretanto, quando olhamos a frequência do mesmo, cerca de 70% circula somente uma vez ao dia, o que leva a crer que ainda são necessárias reivindicações e transformações também nessa área.

Em relação à renda, os valores encontrados para o rendimento médio bruto, em salários mínimos de 2000, correspondem a R\$ 312,00/mês para todo o país, variando de um mínimo de R\$ 116,74/mês no Sertão do Ceará até R\$ 432,72/mês em Santa Catarina. (Leite *et. al.*, 2004). Ao serem questionados em relação à melhora ou piora do seu poder de compra, em 60% dos casos os entrevistados afirmam que seu poder de compra melhorou após o estabelecimento do assentamento.

De acordo com as pesquisas supracitadas, os resultados referentes à qualidade de vida da população assentada não divergem uns dos outros. Portanto, em relação à situação anterior o acesso a bens de consumo desses indivíduos melhorou, mas ainda há diversos problemas em relação aos serviços prestados, especialmente em relação à saúde, educação, energia elétrica e transporte. Entretanto, os trabalhos aqui mencionados analisam o período entre 2000 e 2004 e, após esse período, são escassos os estudos sobre assentamentos no Brasil.

O destaque, nesse caso, é a "Pesquisa sobre a Qualidade dos Assentamentos no Brasil", onde o INCRA e as Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Pelotas (UFPel) apresentam o retrato mais atual das famílias assentadas no Brasil. "A pesquisa baseou-se na aplicação de um questionário a mais de 16 mil famílias, percorrendo assentamentos realizados em todo o território nacional. Foram coletadas informações que irão ajudar a entender quem são, o que produzem, como vivem e o que pensam mais de 900 mil famílias beneficiadas pela Reforma Agrária." (INCRA, 2010).

Dessa maneira, o universo da pesquisa compreende 804.867 famílias assentadas entre os anos de 1985 e 2008, em todo o território brasileiro. Os dados foram obtidos através de entrevistas em um processo de amostragem, composto de 16.153 famílias em 1.164 assentamentos nos 26 estados do país e o Distrito Federal. O método de amostragem levou em consideração as mesoregiões homogêneas do IBGE. Foram selecionados assentamentos implantados em: a) 1985-1994, b) 1995-2004 e c) 2005-2008. (INCRA, 2010).

De acordo com a avaliação preliminar realizada pelo INCRA (2010), cerca de 20% dos entrevistados são jovens entre 11 a 20 anos e 53,42% são homens. O tamanho médio das famílias é de 4 pessoas e o grau de escolaridade é muito baixo, cerca de 17% dos assentados declararam analfabetismo, enquanto que mais de 40% completaram somente o ensino básico (primeira a quarta série do ensino fundamental). Os dados referentes à infraestrutura mostram que 78,98% das famílias tem acesso à água, cerca de 40% tem acesso à energia elétrica durante todo o ano, enquanto que mais de 20% não tem acesso. Em relação ao saneamento básico, mais de 60% dos domicílios tem algum tipo de fossa, enquanto que somente 1,14% das casas são assistidas por rede de esgoto. Uma das variáveis que apresentou melhor desempenho foi em relação à moradia, pois 49% dos entrevistados respondeu que as condições são boas ou ótimas e, em média, as casas têm cerca de 5 cômodos.

Segundo a mesma pesquisa, aproximadamente metade dos entrevistados afirma que as condições do solo e o tamanho do lote são adequados para a produção agropecuária, entretanto, vale ressaltar que menos de 10% avaliam que os mesmos são ótimos. Problemas são encontrados no que se refere ao crédito e financiamento, pois quase metade dos assentados afirma que não conseguiu ter acesso ao PRONAF⁵ e, nas demais linhas de crédito (com exceção da aquisição de materiais e de construção), a porcentagem de beneficiários não ultrapassa os 26%. A capacidade de organização e/ou cooperação entre os entrevistados é alta, pois metade deles participa frequentemente de alguma atividade e/ou reunião ligada a algum tipo de trabalho ou associação coletiva.

Em relação aos rendimentos, Gomes e Mello (2010) mostram que as rendas médias familiares, em 2008 (nas superintendências regionais do INCRA), eram significativamente desiguais entre os Estados, pois nas regiões Norte e Nordeste a renda anual situava-se em torno de R\$ 9.000,00 (cerca de R\$ 750,00/mês,

⁵PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

pouco mais do que o salário mínimo vigente em 2009, R\$ 465,00), enquanto que o mesmo valor encontrado nas regiões Sul e Sudeste foi de R\$ 20.000,00 (cerca de R\$ 1.666,00, valor quase quatro vezes maior do que o salário mínimo vigente no período), o que (mais uma vez) acentua as diferenças regionais e demonstra o tamanho da questão a ser solucionada.

Ao desagregar e analisar os rendimentos agropecuários, segundo a tabela 1, ao longo do tempo, o VBP e os rendimentos provindos do trabalho externo apresentou queda, especialmente no último período (entre 2005 e 2008), com clara alta dos benefícios que passaram de R\$ 3.637, entre 1994-2004, para R\$ 4.436, entre 2005-2008 (deve-se destacar a alta participação das aposentadorias e transferências de renda). Entretanto, é preciso considerar que nessa análise não foram contabilizados os custos de produção e, sendo assim, para obter maior precisão nos resultados, seria adequado utilizar a renda líquida em salário mínimo, que poderia apresentar queda através da elevação do salário mínimo.

Apesar dos diversos problemas e a desigualdade entre as regiões aqui apresentadas, ao serem questionados a comparar a sua condição de vida atual com a anterior à entrada no assentamento (em respeito a: alimentação, educação, moradia, renda e saúde), em quase todas as respostas, mais da metade dos entrevistados afirmou que as condições atuais são melhores do que as anteriores. A exceção diz respeito às condições de saúde, onde 30% dos entrevistados afirmam que continuam nas mesmas condições, enquanto que quase 20% deles acreditam que a mesma piorou após a entrada no assentamento. (INCRA, 2010).

Tabela 1 – Renda Agropecuária dos Assentamentos (em R\$/ano) conforme a Data de Criação em 2009

| Data de Criação | VBP | Trabalho Externo | Benefícios | Renda Total/lote |
|------------------------|-----------------|-------------------------|-------------------|-------------------------|
| 1985-1994 | 3.877,98 | 1.324,56 | 3.411,73 | 8.619,27 |
| 1995-2004 | 3.976,38 | 1.613,25 | 3.637,19 | 9.226,82 |
| 2005-2008 | 3.073,93 | 1.358,88 | 4.336,50 | 8.769,31 |

Fonte: Gomes & Mello, 2010.

Um fator importante está relacionado à qualidade da terra adquirida, pois os autores pressupunham que os assentamentos localizados no semiárido nordestino

teriam piores condições de desenvolvimento, no entanto, tal hipótese não foi comprovada quando comparadas às rendas dentro e fora da região do semiárido, em alguns casos, o projeto situado dentro da zona do semiárido obteve renda média superior aos demais.

Dessa maneira, são exploradas outras causas para o baixo desenvolvimento desses projetos, entre eles a falta de infraestrutura, crédito e assistência técnica (de qualidade), baixa escolaridade, condições de comercialização da produção, transporte etc. Assim, se os assentamentos são uma política "interessante ao país, um caminho possível é a superação dos entraves ao seu desenvolvimento, a começar pelo enfrentamento da patente deficiência crônica em infraestrutura, assistência técnica e crédito de um modo geral, entre outras situações que carecem de políticas mais adequadas" (GOMES & MELLO, 2010, p. 12).

No entanto, esses estudos são versões preliminares e muitas variáveis ainda não foram avaliadas ou consideradas, tais como as relativas ao meio ambiente e acesso à tecnologia, que impactam diretamente sobre os assentamentos. Outra consideração importante diz respeito à falta de informações referentes às condições anteriores de vida à entrada nos projetos, o que impossibilita uma análise criteriosa acerca dos impactos dos projetos. Apesar da dificuldade em obter dados acerca da evolução dos assentamentos brasileiros, com destaque para o período após 2003, através dos dados e trabalhos aqui apresentados é possível concluir que muito ainda pode ser feito para que essa estratégia seja realmente bem sucedida nos diversos aspectos que a mesma engloba.

Além disso, Gomes & Mello (2010) identificam alguns pontos relevantes e que necessitam de mudança urgente, entre eles: melhor planejamento do INCRA para agilizar e desburocratizar o máximo possível as ações, garantindo maior agilidade nos projetos e a incorporação das questões ambientais. Outra questão diz respeito à ampliação do acesso ao crédito e à assistência técnica, entretanto, é necessário que haja uma maior aproximação entre os técnicos e os assentados para que a qualidade do serviço prestado impacte diretamente na produção do lote e, por fim, há de se pensar em novas oportunidades de renda para essas famílias, entre elas as atividades não agrícolas.

É possível afirmar que, apesar da melhora em relação às condições anteriores de vida da população assentada, o caminho a ser seguido para que os assentamentos sejam uma alternativa realmente eficiente na diminuição da miséria e desigualdade ainda é longo e necessita de diversas medidas, onde este trabalhou tentou, na medida do possível, elucidá-las. Outro aspecto importante diz respeito ao monitoramento dessas regiões para que possamos

avaliar com maior rigor científico as condições de vida e os impactos dos assentamentos realizados no país.

2. Os limites da "Reforma Agrária via mercado"

A elaboração de novas políticas destinadas à Reforma Agrária teve como aspectos indutores a questão dos elevados custos e da elevada burocracia do modelo de Reforma Agrária baseado na desapropriação. As deficiências apontadas no regime tradicional de Reforma Agrária podem ser classificadas em três segmentos: o primeiro referente à forma de implementação, o segundo referente ao desenvolvimento dos projetos e, por último, as características inerentes ao modelo. Segundo Pereira (2009):

1) Grande parte das Reformas Agrárias realizadas nos países subdesenvolvidos foram orientadas para atenuar conflitos e neutralizar tensões políticas, o que elimina o seu caráter estrutural;

2) As Reformas não foram conduzidas no sentido de diminuir ou eliminar as distorções políticas que elevam o preço da terra acima da rentabilidade do setor agropecuário, o que aumenta demasiadamente o seu custo;

3) As desapropriações substituiriam o mercado de terras e, por sua vez, o desestimulariam através de medidas restritivas que impedem a compra, venda e arrendamento dos lotes.

Feitas as considerações, o Banco Mundial elaborou uma nova proposta para a realização da política de reordenamento fundiário dos países subdesenvolvidos. É importante frisar que esse "novo" modelo é caracterizado por ações relacionadas à concessão de crédito fundiário, o que não condiz com o conceito clássico de Reforma Agrária. No entanto, tal prática ficou usualmente conhecida (através do próprio Banco Mundial) como "Reforma Agrária via mercado".

Entretanto, é curioso perceber que esse interesse por políticas sociais intensificasse na década de 1990, na qual as políticas de ajuste estruturais, especialmente as contenções de gastos e os ajustes monetários aos países endividados, geraram efeitos perversos sobre a população e elevaram consideravelmente a pobreza e a desigualdade (em especial nas áreas rurais), o que desencadeou processos de ocupação de terras em diversas localidades. Ainda segundo o próprio Banco Mundial, a proposta de Reforma Agrária sem a necessidade da desapropriação pode ser considerada como complementar à forma tradicional.

Entretanto, a "nova proposta" também necessita da ação governamental no que diz respeito às obrigações do Estado (sendo elas: garantir o acesso à saúde, educação, infraestrutura etc.), fatores fundamentais para a melhoria na qualidade

de vida dos beneficiários e que extrapolam as "forças do mercado". Por outro lado, a iniciativa da Reforma via mercado pode, em alguns aspectos, ser mais eficiente que a política tradicional em determinados locais e vice versa. Para comprovar essa posição, Lipton (2009, p. 263) mostra que:

Problemas de Estado e institucionais, além de estruturas hostis aos pobres e a distribuição da terra, não são tão diferentes entre a NWLR⁶ e a CLR. Supostamente, na CLR, as terras destinadas nominalmente para os pobres, pode facilmente ir para os políticos, funcionários públicos ou seus agentes manipulados. A solução é uma visão transparente das ações e, Deininger (1999), mostra como a NWLR no Brasil (Cédula) melhorou os procedimentos em relação ao INCRA, a CLR. Entretanto, ainda não sabemos se isso funciona para evitar que uma situação muito semelhante aconteça com o NWLR: as transações entre comprador-disposto e vendedor-disposto poderiam transferir a terra, não dos ricos para os pobres, mas (com ajuda do poder público) das grandes explorações agrícolas a outras pessoas ricas. (tradução nossa).

De acordo com a afirmação acima, existem dificuldades nas duas vias, pois na via tradicional há excessiva lentidão burocrática (fruto de cenários políticos adversos), enquanto que pelo mercado ainda não há clareza quanto ao cumprimento da "função social" do projeto, que seria a de inserir no mercado (através da concessão de crédito) o agricultor pobre e excluído do processo de desenvolvimento.

Um dos primeiros países a serem contemplados com um projeto de Reforma Agrária de mercado foi a África do Sul (no início dos anos de 1990), onde o Banco Mundial constatou uma crise no setor agrícola devido ao crescente endividamento dos fazendeiros sul africanos, debilitando a política de incentivos e privilégios junto aos bancos. O perdão da dívida foi descartado pelos banqueiros e, com isso, a Reforma Agrária através do mercado serviria como um mecanismo para estimular o mercado de terras. A proposta resolveria dois problemas em uma mesma iniciativa: o primeiro era o de diminuir os custos estatais com incentivos e privilégios aos grandes fazendeiros e o segundo era dar oportunidade para que fosse realizada uma política de reordenamento fundiário no país. (SAUER, 2004).

⁶NWLR: "New Way of Land Reform" ou, novo modelo de Reforma Agrária. CLR: "Classic Land Reform", ou modelo clássico de Reforma Agrária. (tradução nossa).

Mais uma vez, fica clara a necessidade de uma política de Reforma Agrária no campo, assumida até mesmo por entidades historicamente "avessas" a tais medidas, como por exemplo, o Banco Mundial. A proposta da "nova" Reforma Agrária foi direcionada pelo Banco aos países que relatavam, em seu processo histórico, uma situação de atraso no seu desenvolvimento rural. No caso brasileiro, em meados da década de 1990, o documento de apresentação da "Reforma Agrária de mercado trouxe a experiência sul africana como um exemplo bem sucedido de Reforma Agrária e procurou, com isso, mostrar como esse modelo de reforma agrária poderia contribuir na solução da pobreza presente no campo brasileiro". (OLIVEIRA, 2005, p. 72).

Entretanto, é preciso especificar as condições políticas, sociais e econômicas da década de 1990 no Brasil. Estava em curso a implementação do Plano Real, um projeto de estabilização monetária que faz parte de uma nova "safra" de projetos de desenvolvimento, que supunha, além da estabilização monetária, outras medidas reformistas de cunho liberal e, mais ainda, a reorganização ampla das relações sociais perante esse novo cenário.

Os formuladores do Plano tinham a perspectiva que, no longo prazo, além da estabilização monetária (através da ancoragem cambial e abertura dos mercados), a onda de liquidez internacional seria duradoura, o capital estrangeiro fixar-se-ia em diversos setores e o aquecimento do mercado internacional comportaria o aumento da produtividade interna. Entretanto, o que a história brasileira demonstra é que somente a previsão acerca da estabilidade monetária foi alcançada, o que gerou efeitos perversos sobre a taxa de incidência de pobreza.

Com o efeito, a miséria elevou-se consideravelmente em todos os estados e especialmente no meio rural, causando uma grande pressão dos movimentos sociais em favor da melhoria das condições de vida dos sem terra. Em resposta, o governo mobilizou-se no sentido de ampliar o número de assentamentos no país, e é sob esse contexto (de extrema pressão) que surge o primeiro projeto de Reforma Agrária via mercado. Sendo assim, para o Banco Mundial, o público alvo do programa é um segmento da população que não foi capaz de se adaptar as mudanças econômicas em curso desde a década de 1950 e, para que os mesmos não pressionem ainda mais o fluxo migratório para as cidades, foi sugerido esse projeto como uma possibilidade de "resocializar" essas famílias.

2.1. A experiência brasileira: "O Projeto Cédula da Terra"

Em 1996, foi executado, no Ceará, o Projeto Cédula da Terra, oficialmente intitulado de Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza (Land Reform

and Poverty Alleviation Pilot Project), com financiamento do Banco Mundial através de acordos de empréstimos 4147-BR e contrapartida do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os recursos financeiros destinados ao programa contabilizavam US\$ 150 milhões na forma de recursos iniciais, sendo US\$ 45 milhões providos do governo federal, US\$ 90 milhões em empréstimos pelo Banco Mundial, US\$ 6 milhões aportados pelos governos estaduais participantes e US\$ 9 milhões referentes à contrapartida das comunidades, especialmente sob a forma de trabalho. Segundo Magalhães (2011, p. 32), "a meta de atendimento do programa era de 15 mil famílias no prazo de cinco anos. Ao final do programa, 15.267 famílias adquiriram 398.732 hectares, estabelecendo 609 projetos, totalizando o orçamento de R\$ 182,8 milhões". As principais características, ainda segundo Magalhães (2011) são:

1) O PCT foi um programa descentralizado em nível estadual, diferentemente da forma tradicional de Reforma Agrária. As responsabilidades atribuídas aos governos estaduais estavam centradas na execução dos projetos, garantia sobre a titularidade das terras, fiscalizar o cumprimento dos limites definidos pelo preço da terra, acompanhar as negociações entre proprietários e associações e prestar os serviços de assistência técnica e investimentos comunitários a serem definidos pelos beneficiários;

2) Para participar era necessário, obrigatoriamente, uma associação de beneficiários e o atendimento era realizado de acordo com a ordem de entrada do interessado. As associações dispunham de autonomia para tomar as decisões sobre a utilização dos recursos financeiros e sobre a distribuição dos lotes, faziam o controle das áreas comuns e das parcelas individuais. Assim, os benefícios eram destinados às famílias, mas os compromissos financeiros eram de responsabilidade da associação;

3) O público alvo do programa diz respeito aos trabalhadores rurais sem terra e/ou produtores rurais com terra insuficiente para assegurar a subsistência da família. Dessa forma, o programa somente caracteriza qual é o seu público alvo, mas não o seleciona, ficando a cargo do interessado buscar ou criar uma associação;

4) Os agentes financeiros do programa eram compostos pelo Banco do Brasil e o Banco do Nordeste;

5) O valor máximo do financiamento por família correspondia a US\$ 11.200, constituído de quatro componentes: o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), correspondente ao crédito para aquisição das terras; o Subprojeto de

Investimento Comunitário (SIC); o Subsídio (SS) e US\$ 1.300 para a instalação das famílias nos lotes.

6) Os componentes do financiamento estavam articulados por um mecanismo de governança que definia qual seria a parcela do montante destinada às comunidades e/ou incorporada à dívida, além de definir o montante do subsídio. O mecanismo é composto pela fórmula $SS=6.900-0,5*SAT-1.300$, onde SS representa o valor do subsídio e o SAT o valor da propriedade a ser comprada e, portanto, se a terra fosse doada o valor mínimo do subsídio seria de US\$ 5.600.

Em relação ao pagamento da dívida é necessário frisar que, no início do programa, as mesmas deveriam ser pagas em até 10 anos e corrigidas de acordo com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que correspondia a 15% ao ano em 1997. "Diante das críticas, o governo federal alterou as condições (por ocasião da criação do Banco da Terra, em 1999), estendendo o período de amortização da dívida para vinte anos, mantendo o prazo de carência. Os encargos e serviços foram fixados em 4% ao ano, taxa bem próxima aos índices de inflação do período." (Sauer, 2004, p. 40). Assim, a lógica do mecanismo de financiamento está em aumentar o volume de subsídios destinados às famílias na medida em que o preço pago pela terra fosse menor. Portanto, quanto menor o valor do SAT, maior o valor destinado aos subsídios e, amortizado o empréstimo, cada família receberia o seu título de propriedade.

Outro fator que impulsionou a postura favorável em relação ao projeto foram os baixos custos oriundos do PCT, pois, em comparação com a via tradicional, onde o custo médio por família assentada é de R\$ 30.000, no caso do PCT o mesmo custo é de, aproximadamente, R\$ 15.000 por família. (Silveira *et. al.*, 2007).

Entretanto, é necessário frisar (novamente) que o programa de Reforma Agrária via mercado não foi criado com o objetivo de superar ou de competir com a Reforma Agrária tradicional, mas de mostrar as imperfeições desse tipo de política (em especial a elevada burocratização dos processos) e propor alternativas de saída para essa população em situação de extrema pobreza.

Após caracterizar o PCT, será realizada uma análise acerca dos resultados de tal projeto de acordo com os principais estudos sobre o tema, entre eles: o relatório de Silveira *et. al.* (2007), o trabalho de Bruno *et. al.* (2000) e Magalhães (2011). Em relação às informações referentes à gestão do endividamento e às associações, utilizaremos o banco de dados sobre o PCT de 2006 (o mesmo utilizado nas pesquisas supracitadas), disponibilizado pelo Núcleo de Economia Agrícola (NEA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com o auxílio

do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

A análise de impacto do PCT realizada pela equipe de Silveira *et. al.* (2007), coletou informações acerca de 104 projetos em 2006 e a distribuição da amostra por municípios envolveu 12 municípios no Maranhão, 17 em Pernambuco, 28 no Ceará, 15 na Bahia e 16 na região do norte de Minas Gerais, que totalizam 30.263 pessoas na população, em 6.157 domicílios. Além disso, os resultados apresentados baseiam-se no número de observações válidas em cada questão e, assim, "o total de domicílios e da população dos domicílios, apresentado em cada tabela, sofre variações. Entretanto, deve-se atentar que, em vários indicadores, essas variações são devidas ao fato de a questão não se aplicar ao domicílio entrevistado, e não a perda de informação". (Silveira *et. al.*, 2007, p. 39).

Percebe-se que em quase todas as regiões a caracterização da amostra é igualitária em relação ao sexo, mas os chefes de família são, na maioria dos casos, homens. A faixa etária dos beneficiários é jovem, quase 40% estão situados entre 6 e 20 anos de idade, e a escolaridade (assim como em todo o país) é baixa, com quase 20% de analfabetos. É importante ressaltar que é baixo o grau de instrução das camadas mais jovens, que são as mais produtivas, pois quase 60% dos que estão entre 15 e 20 anos conseguem ler e escrever, mas não frequentaram a escola.

Em relação às condições de moradia, antes da chegada ao projeto quase 10% dos beneficiários viviam em barracos, porcentagem que diminui para 4% após a instalação nos lotes. Em relação ao abastecimento de água, somente 34% dos domicílios tinham acesso a rede pública de água encanada (percentual bem abaixo dos demais grupos analisados na pesquisa⁷, onde a mesma proporção chega a 50%), o que denuncia a precariedade do local dos domicílios. (Silveira *et. al.*, 2007).

Derivados dos problemas de acesso à água de qualidade estão às condições de saúde dos beneficiários, pois cerca de 40% da população foi acometida por verminoses ou diarreias no ano da pesquisa e, assim, "é aceitável levantar a hipótese de que a maior incidência dessas doenças nos projetos seja causada pelo acesso a fontes de água de pior qualidade para o consumo humano devido

⁷Os demais grupos analisados na pesquisa são: o Grupo de Controle: é uma das amostras utilizadas como parâmetro de comparação com o PCT e é composta por agricultores familiares. Grupo de Espera: ou pipeline, é composto por trabalhadores rurais sem terra que postularam a aquisição de propriedade de forma coletiva. (Silveira *et. al.*, 2007).

a menor disponibilidade de abastecimento de água por rede pública." (Silveira *et. al.* 2007, p. 58).

As condições de saneamento e existência de banheiro melhoraram consideravelmente antes e depois da entrada no projeto, passando de cerca de 40 para 80%, entretanto, somente 43% delas dispunham de esgoto canalizado em 2006. Com isso, grande parte do esgoto gerado nos domicílios era armazenado em fossas sépticas ou a céu aberto, o que prejudica a saúde desses indivíduos. Em relação à iluminação elétrica foi constatada uma melhora significativa, passando de 50% para 95% o número de famílias que obtém acesso diário.

Em relação à segurança alimentar, a mesma pesquisa criou um indicador que classifica o nível de segurança alimentar em: a) segurança alimentar: acesso por todos os indivíduos a alimentação suficiente para obter uma vida saudável e pronta disponibilidade de alimentos com capacidade assegurada de obtê-los por meios socialmente aceitáveis; b) insegurança alimentar, risco sem fome: quando há disponibilidade limitada de alimentos adequadamente seguros e nutritivos ou capacidade limitada de obtê-los; c) insegurança alimentar, com risco de fome: caracterização pela insegurança alimentar adicionado da situação agravante de fome.

Os indicadores captados através das respostas mostram que, no período anterior a entrada no projeto, 42% dos domicílios estavam em situação de segurança alimentar, contra 35% sob risco sem fome e 22% sob risco com fome e, após a constituição dos projetos, a mesma porcentagem passou para cerca de 65% para a segurança alimentar, 23,5% sob risco sem fome e 10,6% sob risco com fome, o que demonstra uma clara melhora em relação ao acesso e consumo de alimentos pelos beneficiários.

O rendimento médio dos beneficiários do PCT foi de R\$ 7.901 entre agosto de 2005 e julho de 2006, gerando uma renda média mensal de R\$ 659,00 (nesse valor estão inclusas a renda monetária e não monetária⁸). O rendimento médio anterior à entrada ao projeto era de R\$ 2.472, o que demonstra uma evidente melhora. Entretanto, é importante observar que quase 25% dessa renda provêm da produção para o autoconsumo, o que, por um lado, é positivo e significa incremento na alimentação familiar, mas por outro prejudica a produção para a comercialização, o que dificulta o acesso a ganhos monetários e,

⁸A renda não monetária foi estimada através da estimativa da produção agropecuária para o consumo no período (Silveira *et. al.*, 2007).

conseqüentemente, o pagamento da dívida adquirida.

Em relação ao patrimônio, os beneficiários conseguiram adquirir maior quantidade de bens, especialmente os de consumo duráveis. Sendo assim, o patrimônio total médio, em 2006, era de R\$ 7.156 enquanto que, anteriormente, o mesmo valor era de R\$ 4.627. É preciso destacar que tanto a renda quanto o valor do patrimônio anterior à entrada no projeto eram baixos, o que indica que o público alvo do programa foi respeitado, ou seja, os beneficiários realmente estavam em condição de pobreza e, portanto, aptos a participar do programa.

Tabela 2. Renda média e estrutura da renda bruta dos domicílios antes do projeto e em 2006

| | Antes | % | 2006 | % |
|---|--------------|------------|---------------|------------|
| Renda Total | 2.472,21 | 100 | 7.901,18 | 100 |
| 1. Renda do trabalho fora do lote | 1.224,80 | 36,2 | 1.040,43 | 9,7 |
| 2. Atividades agropecuárias | 589,44 | 23,4 | 2.514,81 | 32,5 |
| 2.1. Individual | 589,44 | 22,4 | 2.389,52 | 30,2 |
| 2.2. Em sociedade | - | - | 116,29 | 2,3 |
| 3. Produção destinada ao consumo | - | - | 1.955,98 | 24,7 |
| 4. Outras fontes | 657,96 | 17,8 | 2.389,96 | 33,1 |
| 4.1. Renda com outros imóveis | - | - | 16,58 | 0,2 |
| 4.2. Aluguéis, arrendamento de terras, serviços de máquinas | 30,92 | 1,5 | 22,06 | 0,3 |
| 4.3. Outras atividades comerciais | 193,08 | 5,2 | 345,18 | 3,1 |
| 4.4. Doações e contribuições | 146,89 | 3,4 | 89,91 | 1,2 |
| 4.5. Benefícios de programas de seguridade | 287,07 | 7,6 | 1.916,40 | 28,3 |
| 4.5.1. Bolsas e cartões | - | - | 500,34 | 12,7 |
| 4.5.2. Garantia à safra | - | - | 13,64 | 0,5 |
| 4.5.3. Aposentadoria e pensão | 257,47 | 5,7 | 1.245,10 | 13,5 |
| 4.5.4. Seguro desemprego | - | - | 3,40 | - |
| 4.5.5. Outros | 29,60 | 1,9 | 157,31 | 1,7 |

Fonte: Silveira *et. al.* (2007).

Apesar da elevação registrada no patrimônio e nos rendimentos, em contrapartida, o nível de endividamento também estava consideravelmente alto,

pois cerca de 30% da renda bruta e 24% do patrimônio dos beneficiários estavam comprometidos em 2006. Ao serem questionados sobre qual é a principal fonte de rendimento para o pagamento da dívida, cerca de 40% afirmou que a principal fonte provém dos rendimentos agropecuários, enquanto que a renda em sociedade (relativa à atividade associativa) contribuiu com apenas 18%.

As associações são indispensáveis para a entrada no projeto e também possuem patrimônio em sociedade que, em 2006, não conseguiu alcançar nem 2% do patrimônio total bruto dos beneficiários. Isso demonstra um dos conflitos do PCT, pois as associações são um dos pilares do programa, mas não demonstram os resultados esperados. Em 52% dos casos observados em 2000, as associações foram criadas exclusivamente para os interessados obterem acesso ao programa e, por isso, eram bastante diversificadas e heterogêneas. Entretanto, existem traços comuns entre elas, especialmente a participação de agentes governamentais e não governamentais (ligados ou não ao programa), políticos, religiosos e proprietários interessados em vender as suas terras. Em alguns casos, há uma pré-seleção dos candidatos, em outras o poder municipal junto aos órgãos governamentais e os trabalhadores rurais elaboram uma comissão de seleção e, "não raro, o cadastramento transforma-se em um espaço de barganha e de disputa entre presidentes de associações, lideranças comunitárias, técnicos de órgãos governamentais, políticos e prefeituras locais, ou seja, desconfianças e práticas típicas de uma cultura política clientelista." (Bruno, 2000, p. 5).

Na pesquisa feita em 2006, também é marcante a participação de outros agentes nas reuniões das associações, em especial de técnicos do governo (com mais de 55% de participação), técnicos de entidades privadas (com 23%), políticos (com 22%) e religiosos (com 21%). Além disso, 49% das associações afirmaram que o número de associados caiu, enquanto que para 43% a participação continua a mesma e somente 6% afirmam que o número de associados aumentou. Apesar disso, mais da metade das associações afirmam ter facilidade para mobilizar os associados e 36% delas acredita que essa capacidade de mobilização está mais fácil em relação ao período anterior. Essa elevação do grau de mobilização e de tomada de decisão por parte dos associados pode ser explicada, em parte, pelo amadurecimento dos projetos que, em 2006, completaram 10 anos.

Outra função das associações é promover uma maior organização e mobilização social nos projetos e, com isso, seria possível pressionar o poder público para que as demandas dos beneficiários fossem atendidas. No entanto, ao analisar os dados da pesquisa, somente 48% das associações fazem algum

tipo de solicitação aos órgãos públicos e o atendimento (em comparação ao período anterior à entrada no projeto) permaneceu igual para cerca de 40% dos casos, o que demonstra clara deficiência do poder público em atender essas necessidades, ao mesmo tempo em que também evidencia a falta de mobilização no interior das associações.

Outros problemas também foram identificados na pesquisa e, entre eles (e não menos importantes), o acesso ao crédito e à assistência técnica. No que diz respeito ao acesso ao crédito, somente 19% dos beneficiários solicitaram algum tipo de crédito e, dentre eles, percebe-se que mais de 70% não obtiveram aprovação. Dentre os 25% restantes, quase 90% conseguiram acesso através do PRONAF-A, a linha específica para assentados de Reforma Agrária. (SILVEIRA *et. al.*, 2007).

Dessa forma, o endividamento das famílias prejudica a aprovação do crédito e, sem o acesso, há uma piora significativa nas condições de produção, o que diminuirá os rendimentos adquiridos e a própria capacidade de pagamento da dívida. Outro fator crucial para o desenvolvimento dos projetos está na assistência técnica, pois cerca de 60% dos beneficiários não obtiveram o acesso e, ainda assim, "o PCT diferencia-se dos demais grupos por ainda manter 21% dos domicílios com assistência mensal, e há a percepção de que a assistência técnica é boa em 67% dos domicílios que a recebem" (Silveira *et. al.*, 2007, p. 84).

As dificuldades apresentadas impactam sobre o nível de produção dos lotes e, sendo assim, o valor total médio da produção, em 2006, foi de R\$ 4.356, o que equivale a R\$ 363/mês e "apenas o consumo representa 42% do valor da produção no PCT." (Silveira *et. al.*, 2007, p. 77). Em contrapartida, o valor total médio da produção coletiva representa cerca de 3% do valor total produzido nos domicílios, o que evidencia a clara falta de incentivo para a ação coletiva.

O valor médio da produção é expressivamente baixo, impossibilitando maiores ganhos monetários, visto que a atividade agropecuária é a principal fonte de renda dessas famílias. Outro fator similar entre os dois programas está nos custos de produção que, em 2000, foram cerca de R\$ 490 no PCT e, no caso do INCRA, o mesmo valor era cerca de R\$ 550. (Magalhães, 2011). Assim, é possível afirmar que existem diversos problemas para que a produção se desenvolva de forma adequada. Entretanto, além das dificuldades externas (acesso ao crédito, a assistência técnica de qualidade, infraestrutura etc), existem dificuldades internas ao lote que diminuem a eficiência da produção, entre elas o baixo valor liberado pelo SIC (que impede que os beneficiários invistam em novas tecnologias de produção) e a alta participação da produção para o

autoconsumo, que, apesar de relevante para a manutenção da segurança alimentar da família, impede que as mesmas invistam na produção para comercialização.

Conforme aponta Magalhães *et. al.* (2011), "os beneficiários sofrem restrições de crédito para realizar os investimentos necessários. (...) Os recursos fornecidos pelo Programa Cédula da Terra para instalação inicial apresentam um limite superior e a área disponível para exploração é maior do que a família tem a capacidade de usar". (tradução nossa).

Nesse caso, é nítido que o programa apresenta diversos problemas que inviabilizam o seu sucesso e que influenciaram no processo de rotatividade do programa, pois de 1997 até 2006 cerca de 35% dos beneficiários saíram do PCT (com predominância no período entre 2002-2006) e, em sua grande maioria, conseguiram ser substituídos por outras famílias que assumiram as suas dívidas. (Silveira *et. al.*, 2007). Entretanto, vale ressaltar que grande parte dos problemas aqui apresentados não difere entre as duas vias implementadas no país, sendo possível realizar uma síntese comparativa entre ambas as vias.

3. Uma síntese comparativa

De acordo com o demonstrado, é possível fazer uma comparação dos diversos aspectos apresentados das duas vias de Reforma Agrária executadas no Brasil. Tal análise pode ser dividida em duas etapas principais: na primeira os aspectos comuns e, na segunda, os aspectos divergentes. No que diz respeito aos aspectos comuns, a chegada aos programas aumentou o acesso à moradia, à infraestrutura básica e elevou a segurança alimentar, levando grande parte dos indivíduos a afirmar que a sua condição de vida posterior é melhor do que àquela anterior. No entanto, ao considerar a extrema miséria a qual quase todos estavam submetidos, esses ganhos podem deturpar a real contribuição promovida pelos projetos.

Nesse sentido, percebe-se que os programas não foram eficazes para mudar por completo a realidade dessas famílias, visto a baixa renda auferida e a predominância da produção para o autoconsumo. Outro aspecto em comum diz respeito às dificuldades de acesso ao financiamento e apoio à produção. Além do acesso, Ramos (2009, p. 73) destaca que tão importante quanto o crédito e a assistência: "trata-se de fazer com que o recurso seja liberado na época certa e (...) o mais importante é que, uma vez iniciada uma cultura ou criação, ela seja acompanhada de perto, seja monitorada e, principalmente, haja rapidez na indicação de alternativas de eliminação de pragas e doenças".

O quadro é consideravelmente pior nos assentamentos realizados pelo

INCRA, onde menos da metade obtém acesso (com baixa qualidade) a esses serviços. No caso do PCT, o acesso é relativamente maior, mas a imposição de um teto máximo de cerca de US\$ 11.000 para os financiamentos faz com que os beneficiários não consigam investir em novas técnicas produtivas. Derivada dessa limitação está a falta de condições de apoio à comercialização e escoamento da produção, pois, conforme salienta Ramos (2009), não há projetos articulados de beneficiamento dos produtos e estratégias de escoamento da produção de modo a agregar valor às mercadorias e acessar novos mercados consumidores.

No que diz respeito aos aspectos divergentes entre cada via (conforme o quadro abaixo), no caso do INCRA, as principais vantagens são: a inexistência de dívida ao obter acesso à terra, que proporciona uma retenção maior da renda no lote e a amplitude dos projetos que, atualmente, estão presentes em todos os estados brasileiros. Os principais aspectos desfavoráveis dizem respeito a: falta de estímulo para o aumento da produtividade, a excessiva lentidão e/ou burocracia existente na consolidação dos assentamentos, o que atrasa a regularização dos lotes, encarece os projetos e afasta os técnicos do governo da realidade vivida no interior dos assentamentos.

Tais problemas deveriam ter sido substituídos por um processo descentralizado (conduzido pela demanda) nos projetos do PCT. Entretanto, percebe-se que há assimetrias de informações e falta de estímulo para a atividade associativa, imposição de um limite máximo para financiamento da produção e excessivo endividamento oriundo da dívida adquirida na compra da terra. No entanto, as principais vantagens estão no baixo custo dos projetos, na rapidez em consolidar os mesmos e o estímulo para aumentar a produtividade (que é imposto ao produtor na medida em que o mesmo contrai uma dívida ao comprar o lote de terra).

Portanto, pode-se afirmar que, em ambos os casos, as limitações apresentadas fazem com que os projetos não consigam se desenvolver da maneira correta, o que prejudica consideravelmente a capacidade de transformação da realidade desses locais. Desse modo, é nítido que muitas são as mudanças necessárias para que os projetos sejam bem sucedidos e, nesse sentido, convém destacar a importância das políticas agrícolas articuladas com maior cooperativismo e/ou associativismo dentro dos próprios projetos

| Prós e Contras | Reforma Agrária tradicional (INCRA) | Reforma Agrária via mercado (BIRD) |
|----------------------------------|--|---|
| Aspectos Favoráveis/Positivos | 1) Inexistência de dívida para ter acesso à terra; 2) Retenção da renda gerada no lote; 3) Projetos em escala nacional. | 1) Menor custo de implementação; 2) Descentralização das ações acelera a consolidação dos projetos; 3) Dívida estimula o beneficiário a produzir. |
| Aspectos Desfavoráveis/Negativos | 1) Falta de estímulo para elevar a produtividade; 2) Elevada burocracia nos processos jurídicos e/ou legais; 3) Altos custos de implementação em relação a via de mercado. | 1) Baixa atividade associativa; 2) Limites para financiamento; 3) Endividamento excessivo. |

Quadro 1 – Esforço de síntese comparativa da Reforma Agrária tradicional e de mercado

Fonte: Silva, 2012.

Considerações Finais

Ao analisar as duas vias em execução da Reforma Agrária no Brasil, nenhuma delas foi capaz de mudar qualitativamente e por completo as condições de vida dos assentados e beneficiários, devido à persistência de problemas relacionados, especialmente, à falta de infraestrutura e políticas agrícolas de estímulo à produção. Deve-se considerar que, no caso do PCT, como o indivíduo adquire uma dívida, a dificuldade que o mesmo encontra para saldá-la faz com que o projeto torne-se extremamente oneroso e, por vezes, leve a desistência dos que acreditaram nessa alternativa. Por outro lado, a intensa burocracia e lentidão dos projetos liderados pelo INCRA, unida aos diversos problemas de implementação, prejudica o bom andamento dos assentamentos.

De acordo com as informações disponíveis, podemos destacar três aspectos principais: o primeiro diz respeito à governança dos projetos: é preciso diminuir a burocracia existente nos projetos de assentamento do INCRA e, no caso do PCT, identificar os conflitos existentes entre os diversos agentes envolvidos,

bem como incorporar a preocupação com os impactos ambientais e regionais de tais ações. No segundo aspecto, estão as políticas de apoio aos produtores (a serem realizadas no período e na forma correta) necessárias para o pleno desenvolvimento da produção e, por último, o estímulo as atividades associativas no interior dos projetos. Percebe-se que o público para a Reforma Agrária no Brasil é gigantesco e que todas as formas de inserção dessa população serão válidas, desde que as mesmas sejam bem planejadas e executadas, com o objetivo único de retirar essa população da miséria e inseri-las em um novo contexto de desenvolvimento.

Referências

BRUNO, R. A Reforma Agrária de Mercado. In: _____. **Relatório preliminar de Avaliação do Projeto Cédula da Terra**. Brasília. Unicamp/NEAD/MDA. 2000, p. 1-300.

GOMES, M. C.; MELO, P. F. Reforma Agrária na Bahia: O Difícil Caminho do Desenvolvimento. In: INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatórios de Discussão**. Brasília, 2010, p. 1-28.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil: Primeiros Resultados**. Brasília, NEAD/MDA, 2010.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. NEAD Estudos. São Paulo. Editora da Unesp. 2004.

LIPTON, M. Output, Efficiency and Growth Goals: Beyond the Inverse Relationship. In: _____. **Land Reform in Developing Countries: Property Rights and Property Wrongs**. British Library. 2009.

MAGALHÃES, M. M. **Eficiência de Produção segundo Diferentes Mecanismos de Acesso à Terra na Reforma Agrária Brasileira**. 2011. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho". Botucatu.

MAGALHÃES, M. M.; SOUZA FILHO, H. M.; SOUSA, M. R.; SILVEIRA, J. M. J.; BUAINAIN, A. M. Land Reform in NE Brazil: A Stochastic Frontier Production Efficiency Evaluation. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol. 49. nº 1. Brasília. 2011.

OLIVEIRA, A. M. **A Contra-reforma Agrária do Banco Mundial e os Camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo.

PEREIRA, J. M. M. **A Política de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial: Fundamentos, Perspectivas e Contradições**. Editora Hucitec. 2009.

PIMENTEL, A. C. S.; CAVALCANTI, A. S.; MELO, L. M.; VITAL, T.; SAMPAIO, Y. Evolução das Condições de Vida dos Assentados e Pequenos Agricultores da Zona da Mata de Pernambuco. In: **Revista Economia e Desenvolvimento**. Editora Universitária da UFPE. 2005.

RAMOS, P. Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais. In: **Retratos de Assentamentos**. nº 12. 2009.

SAUER, S. A Terra por uma Cédula: Estudo sobre a "Reforma Agrária de Mercado". In: _____. **O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e Resistência na América Latina, África e Ásia**. Editora Viramundo. São Paulo. 2004.

SILVA, P. A. O. **O debate em torno da reforma agrária no Brasil: uma análise da literatura pertinente e a busca de comparação das duas vias em execução**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

SILVEIRA, J. M. J. da; MAIA, A. G.; MORIZOT, A; GUANZIROLI, C.; NEDER, H. D.; SOUZA-FILHO, H. M.; MAGALHÃES, M. M. **Estudo de Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra (PCT) 2006**. Convênio FECAMP e IE/Unicamp. Relatório Final. Campinas. 2007.

SPAROVEK, G. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. Convênio USP/MDA/FAO. São Paulo. 2003.